

A hora e a vez da biomassa



Os especialistas em recursos humanos dizem que no idioma chinês crise se escreve com o mesmo ideograma usado para a palavra oportunidade. Segundo eles, na China os dois seriam sinônimos. Já os otimistas mais entusiasmados, acostumados a ver o lado bom até dos incêndios e terremotos, também pregam que toda crise tem seu lado positivo.

Sem ser adepto das filosofias chinesas e apesar de ser levemente pessimista — como convém a todo empresário latino-americano que ainda continua empresário - acredito que essa escassez de energia elétrica pela qual passa o Brasil também tem seu lado positivo, ressalvados os estragos feitos na economia.

Um cínico diria que, com o racionamento, o disciplinado trabalhador - ou nós brasileiros acabou ganhando um aumento de salário, na casa dos modestos R\$ 100,00, por conta da eletricidade que, meio na base da ameaça, aprendeu a economizar. No mínimo serão R\$ 1.200,00 por ano, que certamente acabarão injetados diretamente no mercado de consumo. Também não sei se é simpático dizer - neste momento em que milhares de freezers foram desligados e em que milhões tomam banho de água fria - que gastávamos mais energia elétrica do que precisávamos. Simpático ou não, a verdade é que, mesmo sem os 10% de eletricidade racionada (coisa que equivale a desligar uma termelétrica de mil

MegaWatts), a vida continua, mais ou menos como dantes, um pouquinho mais apagada, talvez.

Miudezas à parte, acredito que o lado positivo da crise está, em primeiro lugar, na quebra do mito do Brasil como paraíso da energia farta barata. Desde 1990, quando o Collor foi eleito presidente da República temos alertado contra esse mito. Tanto que, como vicepresidente da ABDIB - Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base coordenamos uma campanha institucional, alertando para a gravidade da falta de investimentos em infra-estrutura, com especial ênfase no setor elétrico. Previmos que ja faltar eletricidade porque não se investia na construção de novas hidrelétricas e nossas profecias só não se realizaram naquela época porque outra tragédia aconteceu antes: o Brasil parou de crescer e o consumo de eletricidade não aumentou, estagnou.

O outro lado positivo é que, mais uma vez, foi preciso uma crise energética para que o agribusiness brasileiro, em especial o setor sucroalcooleiro, voltasse a ser olhado com o respeito que ele merece pelo espaço que ocupa na economia nacional. Só no Estado de São Paulo o setor responde por 36% da mão-de-obra agrícola e por 20% da arrecadação. Em resumo, é o segmento mais importante da economia estadual. Na crise do petróleo dos anos 70 o setor sucroalcooleiro deu mostras de sobra da sua capacidade de rápida mobilização e alta eficácia na utilização da biomassa. Trabalhou com garra e vigor e graças ao Álcool o País economizou algo em torno de US\$ 141 bilhões em petróleo equivalente que deixou de comprar, de 1976 a 2001, computando-se os juros da dívida que não foi gerada.

Agora o sistema cana de biomassa pode fazer algo semelhante pela energia elétrica.

Felizmente, as altas esferas nacionais já sabem — e o ministro Pratini de Moraes tem tudo a ver com isso — que uma tonelada de cana equivale, energeticamente, a um barril de petróleo. Considerando-se as previsões para esta safra e os investimentos que estão sendo feitos na melhoria tecnológica de caldeiras, turbinas e geradores, com linhas de crédito abertas pelo BNDES, preparamo-nos para colocar nas linhas de transmissão 2.000

Megawatts (MW) já em 2002. O próximo salto de curto prazo desse programa será a cogeração de 3.000 MW por safra, suficientes para iluminar 30 cidades como Campinas. Na verdade é uma cifra modesta, se considerarmos que o potencial do setor poderá ser otimizado com investimentos

para melhoria de eficiência na produção de vapor, tecnologia de turbinas e geradores. E ainda, se houver incentivo para a mecanização do corte de cana crua, além de ganhos ambientais com o fim das queimadas, haverá considerável acréscimo de biomassa nas caldeiras, com a utilização da palha e ponta da cana. Com palha, ponta e bagaço, caldeiras e turbinas mais eficientes, o potencial do setor chegará a 12 mil MW, mais de 17% da atual potência elétrica instalada no Brasil (70mil MW).

As vantagens da biomassa renovável são obvias e inegáveis na co-geração de energia termelétrica:

- a) sua oferta coincide com o período de seca, e por conseqüência, dos níveis mais baixos dos reservatórios das hidrelétricas;
- b) é solução nacional, assim como os equipamentos necessários, produzidos no País com tecnologia própria ou transferida;

- c) os empregos que advém do ciclo sucroalcooleiro completo, bem como da produção de equipamentos, são gerados aqui e não nos EUA ou Europa;
- d) o custo da energia elétrica co-gerada é livre de risco cambial. Igualmente, independe do preço do petróleo, ou seja, terá sempre impacto positivo na balança comercial;
- e) o ciclo de utilização da biomassa favorece a perspectiva de decréscimo no preço de energéticos como o álcool e, por extensão, da

gasolina na qual ele é adicionado como oxigenante. Pois o álcool, ao contrário do que se pensa, barateia o preço da gasolina à qual é adicionado como aditivo antidetonante e oxigenante; e

f)o ciclo completo de utilização do sistema cana

(ponta, palha e bagaço) é de queima completa; ambientalmente limpo, contribui para reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO2), o pior agente do efeito estufa

Chegar aos 12MW não será impossível, mas, é obvio, exigirá a incrementação de um programa de longo prazo, que não pode ficar apenas restrito a auxiliar momentâneo de uma crise que sabemos, será passageira. Se o Governo brasileiro definir claramente sua matriz energética e o papel de cada energético no contexto global, acredito que haverá um futuro positivo e promissor onde o agribusiness tradicional gerador de postos de trabalho e forte consumidor de insumos industriais desempenhará papel chave na reativação da indústria de máquinas e equipamentos, dando fôlego também à implantação de novas termelétricas e hidrelétricas, estas últimas de construção lenta e dispendiosa.

O setor sucroalcooleiro mostra-se preparado para dar sua contribuição na superação da crise energética e na consolidação de um programa que, a exemplo do Programa do Álcool,

fortalecerá um dos setores mais estratégicos e de maior irradiação social da economia brasileira.

Maurilio Biagi Filho

Presidente do Conselho Superior de Infra-estrutura e Meio Ambiente (Cosema) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e vice-presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base (Abdib)